

A tuberculose está acabando com os yanomami

Na região dos rios Uraricaá, Coimin e Ericó vivem cerca de 210 índios Yanomami. Essa região vem sendo constantemente invadida por levas crescentes de garimpeiros, desde meados da década de 60. Aí, os garimpeiros sempre tiveram um papel preponderante como agentes de mudanças sócio-culturais.

Em Boas Novas, no Rio Coimin, existiu no passado uma missão batista, que deixou o local ainda na década de 60. Toda a sua infra-estrutura, ficou abandonada até abril de 1980, quando pesquisadores da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM - reabriram a antiga pista de pouso dos missionários.

Em 1980, a Companhia de Desenvolvimento de Roraima - CODESAIMA - requereu 20 mil hectares no Furo de Santa Rosa para exploração de ouro. Em consequência, em fins do mesmo ano milhares de homens alcançavam o garimpo, entrando clandestinamente na região pelos rios e, ocasionalmente, utilizando aviões. A situação fugiu ao controle e nem mesmo a Portaria GM 025/82, que interditou a área Yanomami, conseguiu impedir as invasões.

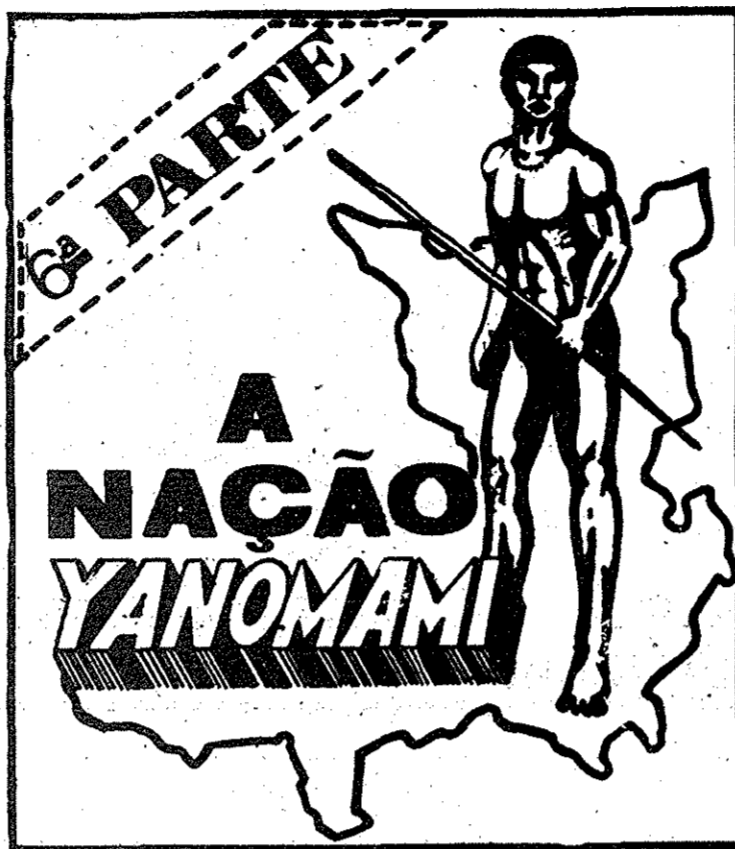
Com a reabertura da pista de Boas Novas, o garimpo de Santa Rosa, às margens do rio Uraricaá era, de difícil navegação, passou a ser alcançado mais facilmente, beneficiando os garimpeiros. O contato desenfreado trouxe sérios problemas para os índios das redondezas.

Em 1983, o Ministério das Minas e Energia de terminou a retirada dos técnicos do DNPM que também operavam na região. Tal medida foi importante, mas não suficiente para evacuar os trabalhadores do garimpo, que continua funcionando ilegalmente na área. Em decorrência dos contatos indiscriminados com a sociedade envolvente, que o garimpo levou à região, observou-se um notável aumento na incidência de malária.

Hoje em dia, muitos índios garimpam, falam um português rudimentar, mas, como não sabem ler e escrever ou contar, são constantemente enganados nas suas transações comerciais. Seus garimpos são pequenos, explorados pelas próprias famílias, à semelhança do cultivo de suas roças. O ouro é comercializado nas "cantinas" de Santa Rosa ou no posto que a FUNAI mantém na área. O dinheiro raramente entra nas transações, já que o ouro é trocado por artigos diversos, combustível, vestuário, ferramentas e até remédios.

No fim da década de 60, o linguista Ernesto Migliazza estimou uma população de 400 yanomami na região do vale do rio Ajarani. Em menos de 15 anos, essa população ficou reduzida a 66 indivíduos, o que representa o desaparecimento de 83,5% daquela população original. Essa mortalidade, deveu-se, principalmente aos seguintes fatos:

Em 1973 começou a construção da rodovia Perimetral Norte, que penetrou numa região de contato intermitente de índios yanomami com caçadores matoqueiros e pequenos proprietários da região. O



contato maciço e repentino da população indígena com os trabalhadores da estrada resultou na morte de 22% dos habitantes das aldeias afetadas em menos de um ano, em decorrência, principalmente, de doenças respiratórias introduzidas por esses trabalhadores. Alcida Ramos registra, na sua obra "Hierarquia e Simbiose, Relações Intertribais no Brasil" (Editora Hucitec - São Paulo-1980): "Além das mortes, a prostituição, com conseqüentes doenças venéreas, a mendicância e o desenraizamento de famílias inteiras, levaram ao esfacelamento de aldeias inteiras".

Em consequência dessa situação calamitosa, surgiu a urgente necessidade de se interditar a área indígena e de se criar um posto de vigilância no cruzamento do rio Ajarani com a BR-210, na altura do quilômetro 49, para impedir a entrada de estranhos na área.

Entre 1974 e 1978, a FUNAI elaborou quatro propostas de delimitação da área indígena Ajarani. Foi eleita uma área de 35 mil hectares (FUNAI: Portaria 512/N), justamente a menor das quatro áreas propostas. Dois terços da população yanomami local foram deixados de fora, nos quilômetros 32 e 33 da estrada. Posteriormente, foram elaboradas mais três propostas de interdição. Nenhuma delas aceita como alternativa àquela de 1978, como tentativa de se criar uma área contínua incluindo as três regiões do limite sul do território yanomami, as do Catrimani, do Pacu e do Ajarani.

A presença da FUNAI, através da instalação do projeto Yanoama, com equipes móveis, exerceu uma severa vigilância sobre a região e tentou desenvolver um projeto de recuperação dos índios do Ajarani. A construção da estrada abriu 225 quilômetros de floresta, penetrando no Estado do Amazonas e desmatando muito além. O plano era chegar até o rio Paduari, onde estava previsto, o seu encontro com a frente de construção vindo do trecho de São Gabriel da Cachoeira. Há outro trecho ligando de 40 quilômetros da BR-210 ligando-a à BR-307, uma estrada em construção entre aquela localidade e Cucuí. Mas, por falta de verbas, a construção foi sustada.

Sem nunca chegar a ser aberta ao público (somente pessoas devidamente autorizadas pela FUNAI podem transitar na Perimetral), a BR-210 transformou-se, isto sim, em via de penetração de doenças contagiosas. Atualmente, ela se tornou quase inacessível a viaturas por falta de manutenção, a partir do quilômetro 47, divisa com a área indígena. Entre 1974 e 1977, duas epidemias de sarampo foram levadas aos yanomami e se alastraram pela bacia do rio Catrimani, matando 50% de sua população, em quatro aldeias ao longo dos rios Jundiá e Lobo D'Almada. Nos primeiros 15 meses, a partir do início da construção, registraram-se 15 epidemias de gripe com complicações pulmonares, segundo os arquivos da Missão Catrimani. A malária, que há tempo é endêmica na região, tomou proporções epidêmicas.

Com a abertura da Perimetral Norte, uma colonização espontânea e crescente induziu os índios a procurarem bens manufaturados dos colonos e estes os empregaram como mão-de-obra barata. A FUNAI, em várias ocasiões, tentou atrair os yanomami para dentro da área indígena sem sucesso. Em 1974, a população yanomami no vale do rio Ajarani era de 102 índios e em 1984 estava reduzida a 66. Atualmente os que vivem nessa região representam os poucos sobreviventes, acrescidos de outros que para aí se mudaram, procedentes do médio rio Mucajáí.

No início da década de 80, a imigração espontânea dos brancos transformou-se em colonização, planejada do governo de Roraima, com a criação da Vila São José, onde foram assentadas 16 famílias de migrantes do Maranhão, Ceará e Piauí. Ao todo, são cerca de 80 famílias que vivem ao longo dos primeiros 44 quilômetros da BR-210, em contato constante com os índios yanomami do Ajarani. Das cinco comunidades dessa região, duas (Alfredo e Pé de Pato) localizam-se em terras ocupadas por colonos. Para as demais foram delimitadas 35 mil hectares que estão fora da área incluída na Portaria GM 025/82, que estabeleceu a interdição. Um terço da população do Ajarani perambula, permanentemente, ao longo da estrada e, periodicamente, se emprega aos colonos, abandonando o cultivo de suas roças e a vida comunitária tradicional.

A comunidade de Concha Velha, com uma população de cerca de 35 índios, é originária do vale do rio Apiaú. Em consequência de surtos de sarampo que vitimaram sua população, ela se deslocou, para a área do baixo Mucajáí, nas proximidades da Cachoeira da Lata, terras tomadas pelo Projeto de Desenvolvimento Agrícola do Apiaú. A comunidade encontra-se sem assistência, em lugar de difícil acesso, atingida pela tuberculose. Desorientados, os mais jovens, frequentemente, deixam as aldeias à procura de trabalho entre os colonos assentados na beira do rio Mucajáí e no crescente núcleo de Alto Alegre. Ao mesmo tempo, continuam mantendo ligações sociais e econômicas com parentes que vivem na região do vale do Ajarani, a uma distância de cerca de 100 quilômetros, levando consigo o foco da transmissão da tuberculose. Assim, perambulam constantemente pelas estradas Perimetral Norte, Manaus-Boa Vista, e estradas vicinais abertas, recentemente, pelos projetos de colonização.